



Plural

Planeamento Urbano, Regional
e de Transportes, Unipessoal, Lda.



1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE OLEIROS**

**RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO
DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

MAIO de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

1ª REVISÃO DO
**PLANO DIRETOR MUNICIPAL
DE OLEIROS**

**RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO
DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

MAIO de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

Na capa: (1) Orvalho – crista quartezítica do Mosqueiro, (2) Álvaro - aglomerado, (3) Bafareira – linha de água, (4) Cambas – rio Zêzere, (5) Bafareira – casario tradicional, (6) Serra do Cabeço Rainha – parque eólico, (7) Sarnadas de São Simão - aglomerado, (8) Isna – cerejeira, (9) rio Zêzere – limite de freguesia entre Cambas e Orvalho.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA	2
3. ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES	5
3.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE	5
3.2 ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES	5
4. PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES NA DISCUSSÃO PÚBLICA	7
ANEXO I - QUADRO SÍNTESE DA PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	9
ANEXO II – PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA	15
ANEXO III – PEDIDO E PARECER DO ICNF	53

1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Oleiros, e resulta da reflexão efetuada pelo município sobre as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados durante o período de Discussão Pública.

Assim, no âmbito da revisão do PDM de Oleiros, uma vez obtido parecer final favorável da Comissão Mista de Coordenação no dia 6 de março de 2015, condicionado ao cumprimento das disposições constantes nos pareceres das entidades consultadas, e ao abrigo do n.º 3 e do n.º 4 do art.º 77.º do RJIGT, a Câmara Municipal de Oleiros procedeu à abertura do período de Discussão Pública, que foi previamente publicitado e decorreu por 30 dias, durante os quais estiveram disponíveis para consulta pública todos os elementos que constituem o Plano.

Sem prejuízo dos demais momentos de participação previstos na lei é este momento da participação sucessiva aquele em que os interessados podem intervir de forma mais “efetiva”, contribuindo para o procedimento de planeamento, através da apresentação de reclamações, observações e sugestões, face ao modelo de ocupação do território proposto no plano.

Neste processo de participação pública foram apresentadas 4 participações em nome de particulares.

O Artigo 77.º do RJIGT, no n.º 5 determina que após terminado o período de Discussão Pública a Câmara Municipal “ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) *A desconformidade com outros instrumentos de gestão territorial eficazes;*
- b) *A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;*
- c) *A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;*
- d) *A eventual lesão de direitos subjetivos.”*

Concluída a ponderação, os resultados têm que ser divulgados através da comunicação social e da página da internet do município.

O presente relatório apresenta os critérios de análise e ponderação das participações rececionadas. O Anexo I corresponde ao quadro onde se encontram sistematizadas todas as participações.

2. O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

A abertura do período de discussão pública da Revisão do PDM foi deliberada em reunião de Câmara de 27 de março de 2015. Teve a duração de 30 dias e decorreu de 10 de abril a 11 de maio de 2015, nos termos do artigo 77.º, n.ºs 3 e 4, do RJIGT, conforme Aviso n.º 3548-B/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, em 1 abril de 2015. Assim, a abertura do período de discussão pública e o respetivo modo de participação foram divulgados das seguintes formas:

1. Diário da República, 2.ª série — N.º 64 — 1 de Abril de 2015

Diário da República, 2.ª série—N.º 64—1 de abril de 2015

MUNICÍPIO DE OLEIROS

Aviso n.º 3548-B/2015

Revisão do Plano Diretor Municipal de Oleiros

Período de Discussão Pública

Fernando Marques Jorge, Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, torna público, nos termos do disposto nos artigos 77.º, n.ºs 3 e 4, 96.º, n.º 7 e 98.º, todos do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, que a Câmara Municipal de Oleiros, na reunião pública de 27 de março de 2015, deliberou proceder à abertura de um período de discussão pública da proposta da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Oleiros. O período de discussão pública terá a duração de 30 (trinta) dias, contados a partir do 5.º dia da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Durante o referido período os interessados poderão consultar a proposta de revisão do PDM, bem como o respetivo relatório ambiental, o parecer final da comissão de acompanhamento e os demais pareceres emitidos, no Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Oleiros, localizado na Câmara Municipal de Oleiros, sita na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, todos os dias úteis durante o horário de expediente (das 9h às 12h30 m e das 14h às 17:30h), no Posto de Turismo da Câmara Municipal de Oleiros, sito Praça do Município, 6160-409 Oleiros, de terça-feira a domingo, incluindo feriados (das 10h às 12:30h e das 14h às 18:30h), e, permanentemente, na página eletrónica do Município de Oleiros (www.cm-oleiros.pt).

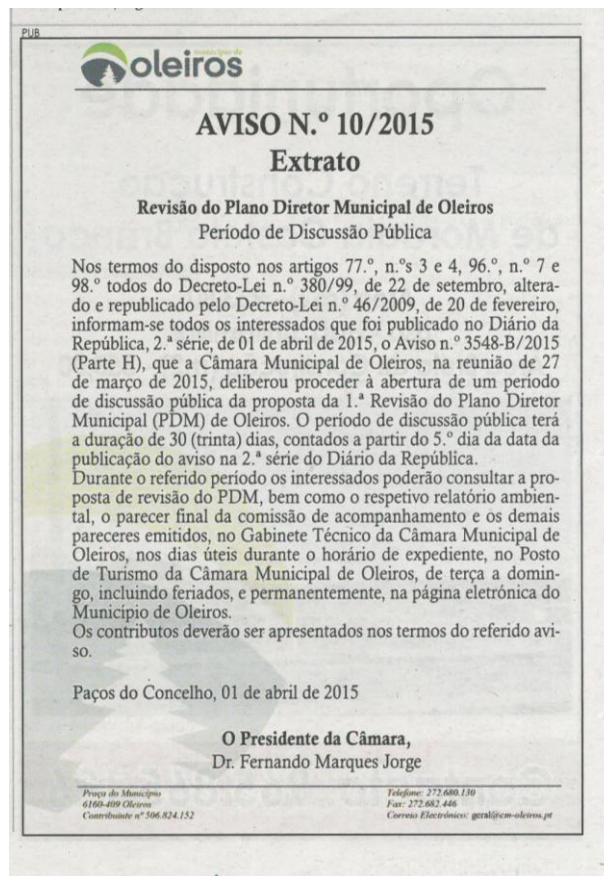
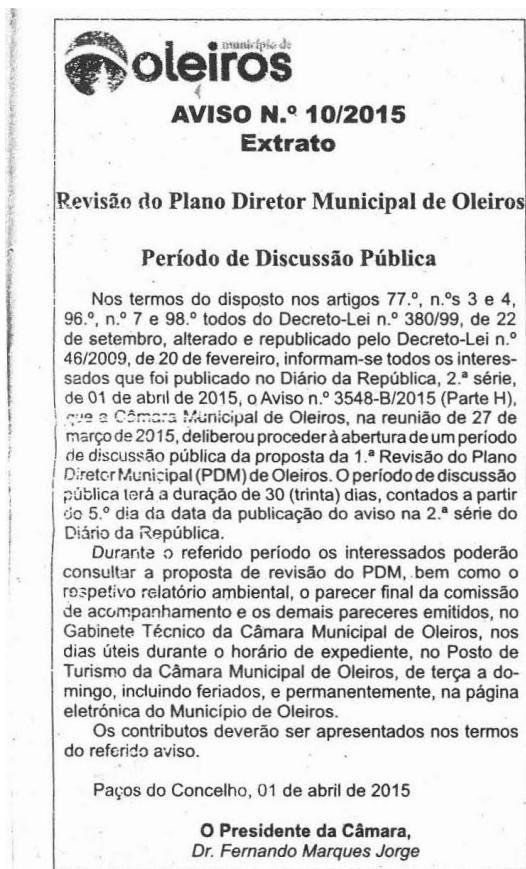
No mesmo período, qualquer interessado poderá apresentar as suas reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento, por escrito, utilizando para o efeito o impresso próprio que pode ser obtido no balcão de atendimento da Câmara Municipal, no Posto de Turismo ou no sítio eletrónico do Município de Oleiros. O seu envio poderá ser feito através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-oleiros.pt, por via postal, ou por entrega pessoal no balcão de atendimento da Câmara Municipal de Oleiros ou no Posto de Turismo da Câmara Municipal de Oleiros, dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Oleiros.

Para os devidos efeitos, informa-se que o presente aviso será divulgado na comunicação social, nas sedes das Juntas de Freguesia e na página eletrónica do Município de Oleiros.

30 de março de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Fernando Marques Jorge*, Dr.

208544386

2. Jornal “Reconquista” de 9 de Abril de 2015 e jornal “Povo da Beira”, Edição de 7 de abril de 2015 e Jornal



3. Sítio da internet da CMO

AVISO

A Câmara Municipal de Oleiros procedeu à abertura do período de discussão pública da proposta final de Revisão do Plano Diretor Municipal de Oleiros, nos termos do disposto no artigo 77.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação.

O período de discussão pública decorrerá entre 10 de abril e 11 de maio de 2015. Durante o referido período, qualquer interessado poderá consultar a proposta de revisão do PDM, bem como o respetivo relatório ambiental, o parecer final da comissão de acompanhamento e os demais pareceres emitidos, no Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Oleiros, localizado na Câmara Municipal de Oleiros, sita na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, todos os dias úteis, durante o horário de expediente (das 9h às 12h30m e das 14h às 17:30h), no Posto de Turismo de Oleiros, sito Praça do Município, 6160-409 Oleiros, de terça-feira a domingo, incluindo feriados (das 10h às 12:30h e das 14h às 18:30h), e, permanentemente, na página eletrónica do Município de Oleiros (www.cm-oleiros.pt).

Ficheiro:

Consulta do aviso (DR)

Durante o período de Discussão Pública a CMO disponibilizou toda a documentação necessária para consulta nos serviços da Autarquia, sendo também possível a sua consulta (e respetivo download) no sítio da internet da CMO.

Para consulta dos interessados foram disponibilizados não apenas os elementos que integram o Plano (elementos fundamentais e elementos que o acompanham), mas também as atas das reuniões da Comissão de Mista de Coordenação, pareceres das entidades que a integram, bem como atas de reuniões setoriais e de concertação com estas.

A Autarquia disponibilizou, sempre que necessário, os seus técnicos no acompanhamento da consulta da documentação por parte dos interessados, facilitando assim a consulta e compreensão dos documentos e auxiliando, sempre que solicitado, na elaboração das exposições.

Qualquer sugestão, informação, reclamação ou pedido de esclarecimento deveria ser efetuada por escrito, através de formulário próprio, dirigido ao Presidente e entregue:

- Por correio para a morada oficial da Autarquia;
- Por correio eletrónico para o endereço da Autarquia;
- Presencialmente no balcão de atendimento da CMO ou no posto de turismo da CMO.

3. ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES

3.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Foi premissa base da análise e ponderação das participações recebidas garantir um tratamento equitativo de todas as participações tendo-se adotado uma metodologia de apreciação e ponderação individualizada, uma vez que o reduzido número de participações não justificou a definição de critérios prévios de análise.

Muito embora a ponderação das participações tenha sido feita caso a caso estiveram sempre subjacentes os princípios (de ordenamento) que estiveram na origem da proposta de revisão do PDM, sendo premissa base que a alteração só seria aceitável se não colocar em causa as opções e princípios que orientaram os trabalhos de revisão do PDM.

3.2 ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES

Todas as participações recebidas foram arquivadas e numeradas tendo sido devidamente cartografadas em ambiente SIG, de acordo com as localizações indicadas.

No caso de Oleiros, todas as participações apresentadas pretendem que seja feita uma ponderação de opções por parte do município.

As quatro participações apresentadas pretendem a reclassificação do solo de determinada parcela de terreno, da classe de solo rural para a classe de solo urbano. No caso em apreço não houve participações relativas a atualizações dos elementos do Plano.

No que se refere à incidência territorial das participações estas incidiram nas localidades de Oleiros (3) e Álvaro (1).

Do total de participações recebidas apenas uma incide totalmente sobre áreas afetadas a regimes de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, sendo que outra incide parcialmente sobre área sujeita ao regime da RAN. Este facto foi considerado à partida pela CMO como inibidor da aceitação das alterações pretendidas, uma vez que foi premissa base da ponderação não encetar novos procedimentos de exclusão destas duas condicionantes.

Da reflexão resultante da ponderação das reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados durante o período de discussão pública, nomeadamente o pedido de alargamento do perímetro urbano de uma área abrangida pelo Plano de Ordenamento das Albufeiras de Cabril, Bouça e Santa Luzia (POAC), que foi sustentado na proposta constante do PDM de alargamento de outros perímetros urbanos em áreas igualmente abrangidas pelo referido Plano, de forma a garantir a conformidade do PDM com o POAC, nos

termos do artigo 77.º, n.º 5, alínea a) do RJIGT, foram alterados os perímetros urbanos nas áreas abrangidas pelo POAC.

Com efeito, nos termos do artigo 2.º, n.º 1, do Regulamento do POAC, este *"é um plano especial de ordenamento do território"*.

De acordo com o disposto no referido artigo 2.º, n.º 4, do Regulamento do POAC, *"os planos municipais (...) de ordenamento do território que abranjam a área de intervenção devem conformar-se com as normas e princípios constantes do POAC (...)"*.

Face ao exposto, devendo ser assegurada a conformidade do PDM com o POAC, nos termos da lei, e tendo sido consultada a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) sobre esta matéria, foram alterados os perímetros urbanos de Cambas e Ademoço, devido à desconformidade dos mesmos com o POAC, procedendo-se, em consequência, à alteração das respetivas plantas.

O Regulamento do PDM não constituiu objeto das sugestões, observações e reclamações apresentadas durante o período de discussão pública. No entanto, na sequência da necessidade de garantir a conformidade do PDM com o POAC, bem como do parecer da CCDRC (que faz parte integrante do parecer final da Comissão Mista de Coordenação, constante da proposta de revisão do PDM), foram corrigidas e incorporadas algumas alterações no Regulamento.

4. PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES NA DISCUSSÃO PÚBLICA

A revisão do PDM de Oleiros foi um processo acompanhado por inúmeras entidades ao longo dos anos, sendo a proposta submetida a Discussão Pública o resultado da concertação de interesses de natureza diversa – melhoria da qualidade de vida das populações, preservação dos valores naturais e patrimoniais em presença, salvaguarda dos recursos endógenos do território, consolidação da base económica local, etc. A proposta de ordenamento do concelho (a face mais visível do PDM) reflete essa concertação, facto patente no parecer final da Comissão Mista de Coordenação e que esteve sempre presente no momento da ponderação do acolhimento das participações apresentadas.

Uma vez identificadas e enquadradas as participações procedeu-se a uma análise individualizada de cada uma delas, tendo sido apreciados os factos e argumentos expostos e ponderada a sua aceitação, tendo presente as questões relacionadas com servidões e restrições ao uso do solo.

Na sequência da ponderação das participações, foram então identificadas as alterações a introduzir à Proposta de Revisão do PDM de Oleiros, em resultado das apreciações favoráveis e parcialmente favoráveis, de forma a reunir as condições necessárias à sua submissão a parecer final da CCDR-Centro, conforme previsto no artigo 78.º do RJIGT.

A identificação, a análise e a ponderação encontram-se sistematizadas no Anexo I. Em síntese, a decisão foi favorável numa participação, parcialmente favorável numa participação, e desfavorável em duas participações.

Apesar destes ajustes, considera-se que as participações efetuadas no âmbito do período de discussão pública não introduziram alterações à Proposta da 1.ª Revisão do PDM de Oleiros, não constituindo uma alteração da Proposta colocada à discussão pública, na medida em que a estratégia e o modelo de ocupação territorial a ela subjacente permanecem.

ANEXO I - QUADRO SÍNTESE DA PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

O quadro seguinte apresenta a identificação das participações e a apreciação resultante da ponderação do município.

Nº e data da participação	Requerente	Localidade	Condicionantes	Classificação do solo	Resumo da participação	Ponderação	Decisão
1a e 1b 5/5/2015	Ataide Garcia Guerra	Oleiros	-	Espaços agrícolas complementares	<p>O Requerente pretende que o terreno em causa integre os novos perímetros urbanos. Para tanto, invoca que em 1994 foi notificado de uma alegada "decisão" da Câmara Municipal no sentido de incluir o terreno no perímetro urbano. Segundo o Requerente a notificação "da decisão tomada e transmitida em (...) 1994, tem (...) a natureza de acto constitutivo de direitos."</p>	<p>Nos termos do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, "(...) consideram-se atos administrativos as decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta." Ainda de acordo com o disposto no artigo 51.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, "são impugnáveis os actos administrativos com eficácia externa, especialmente aqueles cujo conteúdo seja susceptível de lesar direitos ou interesses legalmente protegidos."</p> <p>Da leitura da comunicação que o Requerente alega ter recebido em 1994 resulta que, embora a referida comunicação tenha sido assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, a mesma não consubstancia qualquer decisão, levando-se apenas ao conhecimento do Requerente o conteúdo de um parecer. Nesse sentido, refere-se expressamente o seguinte: "Para seu conhecimento a seguir se transcreve o parecer (...)". Quanto ao parecer transmitido ao Requerente, contrariamente ao referido na reclamação, não se trata de um "parecer técnico emitido pela Câmara Municipal", mas sim de um parecer da comissão de acompanhamento do Plano. O referido parecer não tem carácter vinculativo, não existindo, também aqui, qualquer ato decisório. Face ao exposto, a comunicação enviada ao Requerente em 1994 não consubstancia um ato administrativo constitutivo de direitos. O PDM, que entrou em vigor em 1995 e será agora, em 2015, objeto de revisão, não contemplou, assim, a alteração pretendida pelo Requerente. Acresce que, ainda que estivessemos perante um ato administrativo, no que não se concede pelas razões acima indicadas, a dinâmica que caracteriza os instrumentos de gestão territorial poderia sempre conduzir a alterações nas definições anteriores, nomeadamente quanto ao aproveitamento do solo.</p>	Aceite

Nº e data da participação	Requerente	Localidade	Condicionantes	Classificação do solo	Resumo da participação	Ponderação	Decisão
						<p>Nesse sentido, estabelece o artigo 93.º, n.º 3, do RJIGT, que "a revisão dos instrumentos de gestão territorial implica a reconsideração e reapreciação global, com caráter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos recursos e valores territoriais." Face ao exposto, atenta a natureza dinâmica que caracteriza o PDM, sempre teriam de improceder os argumentos aduzidos pelo Requerente.</p> <p>Não obstante o que ficou dito sobre os fundamentos da reclamação apresentada, verifica-se que o terreno em causa - duas pequenas parcelas adjacentes ao limite de perímetro urbano de Oleiros - não se encontra abrangido por RAN e por REN.</p> <p>Pelo que, face ao interesse demonstrado pelo Requerente, a CM de Oleiros solicitou parecer ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com vista à ampliação do perímetro urbano e ao consequente deferimento da pretensão em causa. A pretensão obteve parecer favorável do ICNF (tendo a CM de Oleiros, para o efeito, se comprometido, perante o ICNF, a aprovar, em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as alterações que resultam da procedência da referida pretensão, no que se refere ao enquadramento das áreas em causa na respetiva classe de risco de incêndio).</p> <p>Assim, embora por razões diversas daquelas que foram apresentadas pelo Requerente, entende-se aceitar a reclamação e, por consequência, alterar a classificação do solo para urbano, classificando como "Espaços urbanizados residenciais tipo I" a parcela 1a e como "Espaços urbanizáveis residenciais tipo I" a parcela 1b.</p>	
2 6/5/2015	Horácio de Matos Guerra	Açude Pinto	RAN e REN (Áreas de máxima infiltração)	Espaços Agrícolas de produção	O Requerente pretende que seja incluída nos novos perímetros urbanos uma faixa de terreno onde se encontra implantado um	A faixa de terreno em causa encontra-se abrangida por Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional – Áreas de máxima infiltração. Atendendo à	Não aceite

Nº e data da participação	Requerente	Localidade	Condicionantes	Classificação do solo	Resumo da participação	Ponderação	Decisão
					imóvel que pondera adquirir.	sobreposição das condicionantes em presença, Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional – Áreas de máxima infiltração, entende-se rejeitar as alterações solicitadas.	
3 7/5/2015	António Antunes Correia	Álvaro		Espaços agrícolas Espaços urbanizáveis residenciais tipo II	O Requerente pretende ver revisto e alargado o perímetro urbano de Álvaro. Invoca para tanto que, embora tenha conhecimento da existência do POA de Cabril, Bouçã e Santa Luzia (POAC), da análise da proposta de revisão do PDM verificou que foram alargados alguns perímetros urbanos em áreas abrangidas pelo referido Plano. Pelo que, por razões de igualdade, requer que o perímetro urbano de Álvaro seja também ser alargado ou, caso não seja possível, solicita esclarecimentos sobre a legalidade das situações propostas em áreas abrangidas pelo POAC.	O POA de Cabril, Bouçã e Santa Luzia é um plano especial de ordenamento do território (<i>cf.</i> artigo 2.º, n.º 1 do Regulamento do POAC). Os planos municipais de ordenamento do território que abrangem a área de intervenção devem conformar-se com as normas e princípios constantes do POAC (<i>cf.</i> artigo 2.º, n.º 4, do Regulamento do POAC). Atendendo à obrigatoriedade de cumprimento do POA de Cabril, Bouçã e Santa Luzia, entende-se rejeitar a alteração solicitada de alargamento do perímetro urbano de Álvaro. Na sequência da reclamação apresentada, a CM de Oleiros decidiu, ainda, alterar os perímetros urbanos de Cambas (identificado na participação do Requerente) e Ademoço, de forma a assegurar a conformidade com os Perímetros Urbanos presentes no referido Plano Especial. Uma vez que o Perímetro Urbano de Ademoço do POAC está sobreposto à condicionante RAN, o mesmo foi reduzido de forma a que esta condicionante não esteja dentro do Perímetro Urbano.	Não aceite
4 8/5/2015	José Alves Martins	Oleiros	RAN (parcialmente)	Espaços agrícolas complementares Espaços Agrícolas de produção	O Requerente pretende que o terreno em causa integre os novos perímetros urbanos. Para tanto, invoca que em 1994 foi notificado de uma alegada "decisão" da Câmara Municipal no sentido de incluir o terreno no perímetro urbano, à exceção do que colide com a RAN. Segundo o Requerente a notificação " <i>da decisão tomada e transmitida (...) em 1994, tem (...) a natureza de acto constitutivo de direitos.</i> " Refere ainda o Requerente que o local se encontra dotado de infraestruturas.	Nos termos do artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, " <i>(...) consideram-se atos administrativos as decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta.</i> " Ainda de acordo com o disposto no artigo 51.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, " <i>são impugnáveis os actos administrativos com eficácia externa, especialmente aqueles cujo conteúdo seja susceptível de lesar direitos ou interesses legalmente protegidos.</i> " Da leitura da comunicação que o Requerente alega ter recebido em 1994 resulta que, embora a referida	Parcialmente aceite

Nº e data da participação	Requerente	Localidade	Condicionantes	Classificação do solo	Resumo da participação	Ponderação	Decisão
						<p>comunicação tenha sido assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, a mesma não consubstancia qualquer decisão, levando-se apenas ao conhecimento do Requerente o conteúdo de um parecer. Nesse sentido, refere-se expressamente o seguinte: "Para seu conhecimento a seguir se transcreve o parecer (...)". Quanto ao parecer transmitido ao Requerente, contrariamente ao referido na reclamação, não se trata de um "parecer técnico emitido pela Câmara Municipal", mas sim de um parecer da comissão de acompanhamento do Plano. O referido parecer não tem caráter vinculativo, não existindo, também aqui, qualquer ato decisório. Face ao exposto, a comunicação enviada ao Requerente em 1994 não consubstancia um ato administrativo constitutivo de direitos. O PDM, que entrou em vigor em 1995 e será agora, em 2015, objeto de revisão, não contemplou, assim, a alteração pretendida pelo Requerente. Acresce que, ainda que estivéssemos perante um ato administrativo, no que não se concede pelas razões acima indicadas, a dinâmica que caracteriza os instrumentos de gestão territorial poderia sempre conduzir a alterações nas definições anteriores, nomeadamente quanto ao aproveitamento do solo. Nesse sentido, estabelece o artigo 93.º, n.º 3, do RJIGT, que "a revisão dos instrumentos de gestão territorial implica a reconsideração e reapreciação global, com caráter estrutural ou essencial, das opções estratégicas do plano, dos princípios e objetivos do modelo territorial definido ou dos regimes de salvaguarda e valorização dos recursos e valores territoriais." Face ao exposto, atenta a natureza dinâmica que caracteriza o PDM, sempre teriam de improceder os argumentos aduzidos pelo Requerente.</p> <p>Não obstante o que ficou dito sobre os fundamentos da reclamação apresentada, verifica-se que o terreno em causa - parcela adjacente ao limite de</p>	

Nº e data da participação	Requerente	Localidade	Condicionantes	Classificação do solo	Resumo da participação	Ponderação	Decisão
						<p>perímetro urbano de “Senhora das Candeias/Lameira” - não se encontra abrangido por REN.</p> <p>Pelo que, face ao interesse demonstrado pelo Requerente em realizar uma construção, a CM de Oleiros solicitou parecer ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com vista à ampliação do perímetro urbano e ao consequente deferimento da pretensão em causa. A pretensão obteve parecer favorável do ICNF (tendo a CM de Oleiros, para o efeito, se comprometido, perante o ICNF, a aprovar, em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, as alterações que resultam da procedência da referida pretensão, no que se refere ao enquadramento das áreas em causa na respetiva classe de risco de incêndio).</p> <p>Assim, embora por razões diversas daquelas que foram apresentadas pelo Requerente, entende-se aceitar a reclamação e, por consequência, alterara qualificação do solo para urbano, classificado como “Espaços urbanizados residenciais tipo III”, à exceção da parte que colide com a condicionante RAN.</p>	

ANEXO III – PEDIDO E PARECER DO ICNF

Nuno Abelho

De: Nuno Abelho [nunoabelho@cm-oleiros.pt]
Enviado: segunda-feira, 11 de Maio de 2015 15:54
Para: 'josebernardino.dias@icnf.pt'
Cc: 'GAP - Município de Oleiros'
Assunto: Pedido de parecer - Discussão Pública - Revisão do PDM de Oleiros
Anexos: Pretensões.rar

Exmos. Srs.

Vimos desta forma solicitar parecer de V. Ex.^{as} para as pretensões (em anexo) apresentadas em sede de Discussão Pública no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Oleiros.

As referidas pretensões visam a ampliação do perímetro urbano existente.

Não existindo qualquer imposição a condicionantes quer da Reserva Ecológica Municipal e Reserva Agrícola Nacional a Câmara Municipal entende que deverá deferir as presentes pretensões.

Face ao exposto, solicitamos que V. Ex.^{as} se pronunciem em conformidade.

Com os melhores cumprimentos,

Nuno Abelho Alves

Arquiteto



Largo do Município
6160-409 Oleiros

Tel. +351 272 680 130

Fax +351 272 682 446

Website: <http://www.cm-oleiros.pt>

Email: nunoabelho@cm-oleiros.pt

ICNF, IP	SAÍDA
DATA 14-05-2015	
N.º 27615	

Município de Oleiros
Largo do Município
6160-409 Oleiros



MUNICÍPIO DE OLEIROS
CÂMARA MUNICIPAL
10 MAI 2015
REGISTO 1600 PROC.º N.º
LIVRO N.º

SUA REFERÊNCIA

e-mail

SUA COMUNICAÇÃO DE

11-05-2015

NOSSA REFERÊNCIA

27615/2015/DCNF-C/DPAP

ASSUNTO PEDIDO DE PARECER - DISCUSSÃO PÚBLICA - REVISÃO DO PDM DE OLEIROS

Na sequência de solicitação apresentada no V/ e-mail de 11-05-2015 e conforme cartografia anexa, pretende a Camara Municipal de Oleiros alterar o limite exterior da Zona Urbana da vila de Oleiros.

Este pedido também alterará a tipologia do solo no que se refere à classe de risco de Incêndio, conforme Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios do concelho de Oleiros, recentemente aprovado.

O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas,IP (ICNF), nada tem a opor à pretensão apresentada, devendo a Camara Municipal de Oleiros, em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, promover e fazer aprovar estas alterações no que se refere ao enquadramento destas áreas na respetiva classe de risco de incêndio.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos



MUNICÍPIO DE OLEIROS
DESPACHO 11 MAI 2015
X. A. Q. = X. A. Q.
M. L. H.
residente de Câmara.

Maria da Paz Moura
Maria da Paz Moura

(Nomeação em regime de substituição – Despacho nº 344/2013, alínea m),
de 11 de Fevereiro, publicado no DR, 2ª série, nº 29)